



realização:



# RELATÓRIO FINAL DO II SEMINÁRIO FRONTEIRAS DO BRASIL

Fórum:  
Segurança nas Fronteiras

No dia 30 de outubro de 2015, o IDESF realizou o “II Seminário Fronteiras do Brasil. O evento congregou autoridades de todo o país, dirigentes governamentais, estudantes e civis, com o objetivo de discutir os problemas de segurança na fronteira.

Os resultados das discussões realizadas, uma vez mais nos fizeram ter a certeza de que a criminalidade organizada e o contrabando são dois de nossos maiores problemas.

O Brasil se recria em suas fronteiras, de acordo com as características de seus vizinhos, porém existem assimetrias entre os países, que comprometem a econo-

mia, a saúde, a educação e o emprego, gerando insegurança, medo e oprimindo a população. Assim sendo, precisamos agir de forma contundente e emergente, posto que uma maior atuação conjunta, com integração de propósitos e investimentos, são necessidades nestas regiões.

As fronteiras são extremamente suscetíveis a entrada e saída de mercadorias ilegais de todos os gêneros, mas é no contrabando do cigarro, onde encontramos um dos maiores problemas, cerca de 67% do contrabando é cigarro. Devido a sua grande lucratividade, os contrabandistas utilizam as mais distintas formas de passar a mercadoria e distribuir por todo o país, despreocupando-se pelos riscos à saúde por conta de produtos tóxicos, ou por colocar a vida de centenas de pessoas em risco, seja na travessia da mercadoria, em sua distribuição ou finalmente em seu consumo. Todo este processo vem carregado de muita exploração humana, violência urbana e nas rodovias, que termina afetando toda a sociedade, seja de forma direta ou indireta.

O combate ao contrabando deve ser tratado com todo rigor pois suas consequências são graves, geram desemprego, evasão fiscal, instabilidade nas indústrias, aumenta o problema de saúde pública, da segurança, da educação, e retarda o desenvolvimento.

Ainda que existam efetivas e rigorosas operações de combate ao contrabando, como é o caso da Operação Ágata, onde sua viabilidade econômica foi comprovada por meio de um estudo realizado pelo IDESF no mês de setembro de 2015, o problema deve ser atacado em sua origem, com a criação de programas e políticas de cooperação entre os países frontei-

riços, com o objetivo de maximizar os resultados e otimizar os recursos estruturais, tecnológicos, humanos e financeiros, assim como, fomentar o compartilhamento de informações.

É fundamental que medidas sejam tomadas em ambos lados da fronteira, e que se efetivem e se cumpram as ações que já estão de alguma forma encaminhadas, como é o caso da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

Em novembro de 2012 a comunidade internacional negociou e adotou o protocolo para eliminação do comércio ilegal de produtos de tabaco, a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.

O protocolo exige uma série de medidas relacionadas à cadeia de fornecimento do tabaco, como licença de importação, exportação e manufatura desse tipo de produto, além de estabelecer um sistema de rastreabilidade e a punição penal para aqueles que praticam o contrabando.

Outra medida importante e necessária em andamento que ainda não se efetivou é a contagem da produção no Paraguai, que acompanhada de padronização e rastreabilidade, seguramente garantiriam, pelo menos, a segurança sanitária da mercadoria.

Precisamos desenvolver ações conjuntas, que sejam realmente efetivas e que façam a diferença e tragam resultados para os dois lados da fronteira, fomentando o desenvolvimento conjunto, posto que onde existe desenvolvimento, existem também maiores oportunidades econômicas para todos.



“ ... É importante a participação da sociedade civil organizada, aqui representada pelo IDESF. Nós precisamos resolver e equacionar os problemas da fronteira, logicamente com o policiamento, mas também, com desenvolvimento...”

Fabiano Bordignon, Delegado da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015



Justamente o desenvolvimento conjunto e a integração foram as palavras chave do evento.

O presidente do IDESF, Sr. Luciano Stremel Barros, em seu discurso de abertura, ressaltou a importância das parcerias existentes entre o Instituto e as forças de segurança, especialmente a Polícia Federal, que se tem demonstrado uma instituição republicana e tem cumprido seu papel no cenário nacional de forma exemplar, e que pelo segundo ano consecutivo abre as portas da sua casa para a realização deste evento.

O Prefeito de Foz do Iguaçu, Reni Pereira recordou o importante papel que as instituições como o IDESF desempenham cooperando e realizando estudos para subsidiar informações às forças de segurança e ao governo, e quanto a sinergia instituída entre público e privado é importante para o bom andamento das ações cooperadas.



A GS1 Brasil representada pela Sra. Patricia Amaral, reafirmou a importância da parceria com o Instituto.



*“O IDESF e a GS1 Brasil é uma parceria que só tem a crescer, os assuntos tem um link direto para propiciar o bem e a segurança dos produtos que chegam até nós...”*

“ O IDESF teve um papel importante, mas sem a colaboração dos órgãos de repressão e combate, com certeza essa luta não estaria tão avançada como está hoje... ”

Reni Clóvis Pereira- Prefeito de Foz do Iguaçu,  
II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015



O Dr. Antônio César Bochenek – Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil a AJUFE, ressaltou dois pontos importantes para que os serviços públicos sejam partícipes e protagonistas no desenvolvimento das regiões de fronteira.

O primeiro ponto foi o momento de crise pelo qual estamos passando, que deve ser visto como uma oportunidade para criarmos alternativas viáveis para enfrentarmos os problemas, otimizando nossos recursos e firmando parcerias, sejam com os países vizinhos ou principalmente entre iniciativa pública, privada e instituições, como vem sendo desenvolvida entre a GS1 Brasil e o IDESF, que se uniram para criar ferramentas e subsidiar informações que auxiliem o governo e a sociedade civil organizada, na busca de alternativas para os problemas encontrados nas regiões de fronteira.

O segundo ponto ressaltou a importância pela busca contínua do melhoramento e a eficiência

dos serviços públicos, onde a prevenção deve ser um ponto forte de atuação. Hoje o governo trabalha basicamente com a repressão, onde as penas são aplicadas de acordo com a gravidade da infração. Assim como na saúde, a prevenção, para a segurança é uma medida necessária para a eficiência dos serviços públicos.

O Deputado e presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação, Efraim Filho, afirmou que a grande vocação do Parlamento é ser mediador.



“

*Mudar a letra fria da Lei é a parte mais fácil, o grande desafio é mudar o homem. O grande desafio é mudar a cultura, é parar de achar que o crime de contrabando é um crime inofensivo, muito pelo contrário, é um crime agressivo e financia o crime organizado...*

”

Efraim Filho, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015

O deputado afirmou ainda, que tão grave quanto o crime cometido é o sentimento de impunidade. Devemos trabalhar para combater e também ao mesmo tempo ir avançando sobre essa legislação para buscar a forma ideal de combater a impunidade. Esse é o papel do Parlamento e da frente parlamentar, com isso sim, estaremos fazendo nossa parte. O engajamento da sociedade no combate ao contrabando representa por sua vez, combater a sonegação, e faz o país arrecadar mais, melhora o desempenho do emprego formal, preserva a integridade, a saúde do cidadão, e do consumidor, porque quando você fuma um cigarro contrabandeado que vem lá do Paraguai, que não paga os impostos, que não seguem as regras da Anvisa, os danos à saúde e à economia são muito maiores. Contrabando não é apenas o CD e DVD falsificados. Contrabando é um crime em que muitos perdem, em que as pessoas são colocadas em risco, onde, crianças morrem. Combater o contrabando é também defender à vida, essa é a grande missão que a frente parlamentar assume, esse é o desafio.



O contrabando é um problema crescente em todo o país, e vem se diversificando, tanto em seu modus operandi, como no tipo de contrabando. Durante o evento, o Geólogo e Superintendente Substituto do Departamento Nacional da Produção Mineral DNPM/AM, Frederico Cruz, nos relatou o grave e quase desconhecido problema do contrabando de minerais na Amazônia e a importância do levantamento de dados no combate a todos os tipos de crime.



*Não dá para proteger uma região sem conhecer. Não dá para fazer gestão sem informação...*

Frederico Cruz, Superintendente Substituto do Departamento Nacional da Produção Mineral DNPM/AM, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015



Frederico ressaltou que hoje talvez, a Amazônia seja a região mais desprotegida do país, não tendo presença governamental nestas regiões que contam com uma riqueza mineral, também desconhecidas como o tântalo, o nióbio, as terras raras, são riquezas que estão sendo contrabandeadas, em um território imenso de fronteira, e sem controle.

No sentido de levantamento de informações, o IDESF vem realizando estudos e pesquisas que servem como ferramentas para o desenvolvimento e criação de políticas públicas.

Na ocasião o IDESF entregou um diagnóstico que tratou das características econômicas e sociais das sociedades de fronteira. O estudo foi desenvolvido em parceria com a EGOPE, representada pelo economista Adriano Strassburger, que fez a apresentação do trabalho.

No estudo foram levantados dados dos 4 pilares do desenvolvimento; Educação, Saúde, Emprego & Renda e Segurança, onde, foi possível constatar as grandes disparidades existentes entre as cidades de fronteira e o restante do país.

São muitos os fatores externos que influenciam enormemente para que estas diferenças ocorram. Podemos tomar como exemplo, o alto índice de reprovações existente na cidade de Paranhos/MS, onde as atividades informais como o contrabando e inclusive o tráfico, envolvem jovens em idade escolar, contribuindo negativamente no rendimento escolar, aumentando os índices de reprovação e evasão.

Neste sentido podemos fazer uma breve análise ressaltando o que já havíamos levantado em outros estudos: as atividades informais, como o comércio do contrabando por exemplo, atraem muitas pessoas pela falsa ilusão do trabalho fácil e grande lucratividade. Este pensamento se vê refletido nos jovens e adolescentes, que cresceram vendo seus pais trabalhando nestas atividades e que, sem maiores expectativas, seguem o mesmo caminho, deixando de lado os estudos e o emprego formal, para se enfrontarem nas atividades ilícitas, moldados pelo meio que os cerca.

*Quando falamos de desenvolvimento, primeiramente temos que lembrar dos quatro eixos básicos: educação, saúde, educação, segurança, economia & trabalho...*

Adriano Strassburger, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015



É justo reconhecer que, de forma geral, os índices relacionados com a educação em alguns aspectos sofreram uma pequena melhora, como por exemplo, nos índices de aprovação. Mas, por outro lado, deparamo-nos muitas vezes com altos índices de matrículas efetivadas, cuja razão, entre outros motivos, é que muitas pessoas que residem do outro lado da fronteira atravessam para o Brasil todos os dias para estudarem em nossas escolas. Este fato não ocorre apenas no sistema educacional. De forma semelhante, também vem ocorrendo em nosso sistema de saúde, que todos os dias atende pessoas procedentes dos países vizinhos.

Outrossim, inúmeras pessoas que vivem em um país atravessam a fronteira todos os dias para trabalhar do outro lado, formal e também informalmente. O comércio também é compartilhado, o transporte público, e praticamente todos os equipamentos e serviços que, em um primeiro momento, seriam de uso exclusivo dos residentes, passam a ser compartilhados diurnamente entre as cidades gêmeas.

É possível afirmar, inclusive, que uma cidade de fronteira não existe por si só, sem a influência de sua gêmea. Elas coexistem no mesmo espaço e os acontecimentos sociais e principalmente econômicos se refletem diretamente na dinâmica da outra.

No cotidiano, uma cidade de fronteira sempre estará à mercê das forças de compartilhamento, quer sejam de aspectos positivos quanto de negativos. Esta interdependência surge de forma natural e espontânea, posto que as necessidades básicas do ser humano, nem sempre se limitam às suas fronteiras, motivo pelo qual os menos estruturados simplesmente buscarão apoio no que tiver de melhor, nos que oferecerem melhores possibilida-

des, condições e mais ampla oferta, seja em educação, saúde, cultura, diversão, comércio, segurança, trabalho, ou qualquer outra necessidade que possa ser facilmente solucionada, ainda que seja “do outro lado”.

Esta análise nos leva a concluir, que nosso país carece de políticas públicas específicas para as regiões de fronteira, com efetiva aplicabilidade, e mais do que isso, carece de cooperação, posto que esta simbiose nasce de forma natural entre as cidades gêmeas, o que, por consequência, deveria também ocorrer com as políticas públicas.

Criar ferramentas de integração e desenvolvimento fronteiro certamente abrirá as portas para uma grande melhora na qualidade de vida destas populações, como também deverá aquecer a economia regional / multinacional.

Esta cooperação, mesmo que informalmente já exista, é uma característica nata das cidades gêmeas, onde a necessidade de estudar o potencial e conhecer a vocação de cada uma delas é uma peculiaridade fundamental para se criar políticas de desenvolvimento integrado, com planejamento consciente e assim fomentar o desenvolvimento progressivo de ambas margens da fronteira.

Em síntese, o evento uma vez mais comprovou a necessidade do trabalho cooperado entre os países fronteiriços. A necessidade da integração das forças, não apenas nas ações de combate, mas principalmente nas ações de prevenção, buscando soluções compartilhadas e criando um diálogo sinérgico contínuo e integrador, objetivando a formalização e o crescimento integral em ambos lados da fronteira.



PAINEL 1  
ESTRUTURA DO ÓRGÃOS DE SEGURANÇA NAS ÁREAS DE FRONTEIRA

Mediador:  
Tiago Eltz - *Jornalista da Rede Globo*

Painelistas:

Gilberto Tragancin - *Chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal DIREP*

Moisés Dionísio da Silva - *Inspetor da Polícia Rodoviária Federal*

Alexandre Collares Barbosa - *Procurador da República, Ministério Público Federal*

Mário Junior Bertol - *Advogado do Tribunal de Contas da União*

Wagner Mesquita - *Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná*



O Painel tratou de como os órgãos de segurança estão organizados para atuar nas áreas de fronteira, destacando as ações específicas para estas áreas e o papel de cada órgão no combate ao ilícito, a integração entre eles e as ações individuais de cada um.



“Aqui em Foz do Iguaçu é fácil visualizar a ação criminosa, por este motivo é necessário avançar diante do problema, ainda que tenhamos que reconhecer o excelente trabalho feito pelas forças de segurança aqui na fronteira, preciso seguir avançando, é necessário incrementar o pessoal e formular estratégias específicas para a fronteira. O objetivo de nossa ação é que a União elabore um plano completo para a zona da fronteira, principalmente para a fiscalização na zona do lago e do rio paraná. Agora, o que  necessário  que exista uma cooperação para a construção de um plano específico, isso sem dvida alterou o panorama da segurança no Brasil. O Ministério Público existe para transformar projetos em ações, existe a obrigação por parte da União em construir este plano...” (Alexandre Collares Barbosa – Procurador da República, Ministério Público Federal, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015)



“O TCU é conhecido pelos trabalhos de con-

formidade, nós verificamos a legalidade dos atos, mas temos também os trabalhos de auditoria de natureza operacional, onde a finalidade é avaliar a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos atos governamentais.  uma contribuição do Tribunal para o aperfeiçoamento da administração pública federal. Neste sentido nós fizemos um trabalho que foi desenvolvido em toda a extensão da fronteira, tendo foco específico nos aspectos de governança das políticas públicas federais aplicadas a fronteira, neste sentido a questão da participação foi um dos componentes avaliados, onde registramos inclusive nosso papel neste seminário, este é um dos componentes da governança que nos referimos, posto que esta participação integral, entre governos e sociedade organizada enriquece o processo de criação das políticas públicas, isso é desenvolvimento e integração na fronteira.” (Mário Junior Bertol – Advogado do Tribunal de Contas da União, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).

“Em 2011 quando foi criado o Plano Estratégico de Fronteira, foi quando começamos a conversar com os demais órgãos para construir uma Operação Integrada e com procedimentos padronizados, ainda que muitas vezes isso não aconteça, é difícil articular algo com tantos Ministérios.

A PRF investe em tecnologias, scanners veiculares, câes farejadores, capacitação dos servidores, voltado para área de fronteira..." (Moisés Dionísio da Silva – Inspetor da Polícia Rodoviária Federal, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).

"A estruturação de atividade a nível nacional ganhou bastante "corpo" na Receita, eu diria até que isso nasceu aqui em Foz do Iguaçu, e acabou sendo replicado para o restante do país, mais do que a necessidade de ter infraestrutura física, humana e financeira, o fundamental é a integração entre as instituições, que aqui funciona de uma forma interessante e tem multiplicado os resultados. Porém precisamos de uma política nacional que trate disso, para que haja uma continuidade independente da pessoa que esteja diante da ação, precisamos de estratégias institucionais nacionais. Também devemos tratar da integração com os países vizinhos, combater os crimes em sua origem, às vezes pode sair muito mais barato, pois maximizamos os recursos compartilhando as ações. Precisamos pensar em como desenvolver nossos países vizinhos, pois se existem problemas sociais lá, automaticamente eles nos afetarão também. Precisamos de uma visão de conjunto para que a sociedade evolua como um todo. Também devemos tentar de alguma forma equiparar os valores das mercadorias, quando existe muita diferença, automaticamente vai entrar no Brasil, seja como for, precisamos equiparar estas diferenças, precisamos tratar tudo de forma mais integrada." (Gilberto Tragancin - Chefe da

*Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal DIREP, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).*

"A integração se aplica em várias vertentes, tanto na prevenção como na repressão. Temos dados atualizados que mostram que a região de fronteira teve um grande desenvolvimento, com mais acertos do que erros, houve uma grande queda nos homicídios, 14%, tivemos um aumento de 4% em roubos e 11% e furtos. Em Foz todos os dados foram positivos, com isso concluímos que justamente a integração dos órgãos de repressão fez a diferença na melhoria destes números. O modelo de atuação de Foz, mas aproximada da municipalidade, e o compartilhamento das informações, fez o diferencial. Esse modelo deve ser replicado em outros municípios." (Wagner Mesquita – Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná. II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).





## PAINEL 2

### PANORAMA DO SISTEMA JUDICIÁRIO NAS FRONTEIRAS

Mediador:

Jaime Luiz Remor – *Advogado e Vice- Presidente do IDESF*

Painelistas:

Fabyano Prestes – *Diretor Geral do Conselho Nacional de Justiça*

Valter Cândido Domingos – *Presidente da OAB/Foz do Iguaçu*

Isadora Minotto Schwerter – *Coordenadora Técnica do Patronato de Foz do Iguaçu*

Giuliano Inzis – *Psicólogo, Filósofo e Teólogo*

O debate tratou da eficiência e melhoria dos processos judiciais no Brasil, da situação carcerária em Foz do Iguaçu, da reinserção dos assistidos, das peculiaridades sociais e psicológicas das populações de fronteira.

“...O papel do Conselho Nacional de Justiça-CNJ é trabalhar para aperfeiçoar o trabalho da justiça, controlando o administrativo, o orçamentário e o disciplinar, onde a audiência de custódia é uma das ferramentas para combater os aproximadamente 70 milhões de processos judiciais existentes. Sendo assim, uma das principais funções do CNJ é buscar a eficiência da justiça no Brasil...” (Fabyano Prestes – Diretor Geral do Conselho Nacional de Justiça, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).

“... Foram construídas em Foz do Iguaçu duas unidades prisionais, porém os problemas de superlotação são uma constante, assim como a falta de recursos humanos, que

acaba afetando, inclusive o processo de reinserção. O Estado tem investido em infraestrutura, porem falha na demanda de recursos humanos, neste sentido os agentes carcerários têm suas condições de trabalho bastante dificultadas pela falta de efetivo, inferior ao protocolo de segurança estabelecido...” (Valter Cândido Domingos – Presidente da OAB/ Foz do Iguaçu, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).

“...A situação peculiar de fronteira termina atraindo as pessoas a trabalharem em atividades informais e consequentemente o cometimento de ilícitos, como o contrabando, o descaminho, o tráfico, entre outros, neste sentido o trabalho do Patronato consiste em reinserir os assistidos no mercado formal, que são em torno de 4.800 pessoas, apenas em Foz do Iguaçu. Este trabalho deve ser permanente, posto que nossa situação de fronteira é extremamente atraente, criando a ilusão do dinheiro rápido em pessoas que realmente se encontram em vulnerabilidade.



Assim que o grande desafio é poder transformar a realidade destas pessoas desde formalização, tentando evitar a reincidência..." (Isadora Minotto Schwertner – Coordenadora Técnica do Patronato de Foz do Iguaçu, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).

"... As cidades de fronteira têm uma cultura própria e essas culturas devem ser entendidas... em 1911 alguém saiu do Rio Paraná e foi para o Rio de Janeiro falando que estavam tirando tudo de nós: a madeira, o mate.... Com isso, em 1914 se instala aqui, a Cidade Militar Vila Iguaçu, até então não se sabia que existia a Foz do Iguaçu, desde então aqui conviviam paraguaios, argentinos, ingleses, franceses..., porém poucos brasileiros. Com isso quero dizer que a raiz

da cultura de fronteira, não tem a ver com a raiz de cultura de Curitiba, ou Porto Alegre, das grandes capitais, ou de Brasília, onde acontecem as decisões. Quando o Estado Soberano decide que as fronteiras devem ser respeitadas, nós sabemos que a comunidade local busca suas formas de continuar interagindo, essa é a base de muitos outros acontecimentos, que hoje denominamos de contrabando e descaminho. Esses hùmus histórico e cultural, é o que dá vida ao contrabando e descaminho... precisamos mudar o pensamento das pessoas, desde o ponto de vista psicológico, posto que temos este pensamento arraigado a nossa história, a nossa cultura..." (Giuliano Inzis – Psicólogo, Filósofo e Teólogo, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).





PAINEL 3  
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO NAS ÁREAS DE FRONTEIRA

Mediador:  
Tiago Eltz - *Jornalista da Rede Globo*

Painelistas:  
José Alberto de Freitas legas – *Delegado da Policia Federal*  
Fernando Yaluk - *Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento – Paraguai*  
Sérgio Souza – *Deputado Federal*  
Gilmar Piolla – *Presidente do Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu*



O painel trouxe ao conhecimento do público os projetos e ações que estão sendo realizados nas regiões de fronteira e como podem refletir na segurança e no desenvolvimento econômico em ambos lados da fronteira.

“Eu acredito que o turismo e o desenvolvimento sustentável podem ser os maiores aliados da segurança em nossas fronteiras. Entre a Gestão Integrada do Turismo e o Fundo Iguazu, estamos trabalhando para ocupar as margens dos rios Paraná e Iguazu através do projeto Beira Foz, com atividades turísticas e economicamente sustentáveis é a melhor forma que temos para contribuir para nossa segurança de fronteira. Os espaços públicos que não são ocupados nem pelo poder público e pela iniciativa privada, terminam sendo ocupados de forma irregular, hoje é isso o que está acontecendo com nossas fronteiras.



O Beira foz é um conjunto de intervenções urbanísticas para transformar a visão que temos hoje. Alguns dos projetos e ações já estão sendo implementados, como é o caso da revitalização da ponte da amizade e do marco das três fronteiras, esse com um investimento de mais de 27 milhões de reais, o que o transformará um grande atrativo turístico e contribuirá para aumentar a permanência dos turistas na cidade. (Gilmar Piolla – Presidente do Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguazu,



*çu, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).*

“Estamos inteiramente interessados em modificar todo este panorama da fronteira. Acreditamos que é preciso uma presença mais eficiente do Estado, da iniciativa privada, destas parcerias, precisamos ser mais ousados, em um primeiro momento a repressão, mas é preciso que essa repressão venha acompanhada de outras medidas, que movimentem a economia, e que tragam algum tipo de avanço social, que façam com que a população também seja engajada nesse projeto. Então, nós temos certeza que a situação nas fronteiras, principalmente no tocante a violência ela só vai melhorar se houver um conjunto de ações.

A atividade ilícita é obvio que gera renda, como qualquer outra atividade, mas ela gera renda para pouquíssimas pessoas, de alguma maneira alimenta aí atividades paralelas terríveis e deixa a população miserável.” (José Alberto de Freitas legas – Delegado da Policia Federal, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015).

“Se nota que já existe uma convergência entre várias áreas. O que nós percebemos é que toda sociedade está se engajando, pessoas, instituições. Nós precisamos fazer com que as pessoas percebam que isso é importante para elas. Outro dia ouvi que essa alta do dólar fez com que muitos que moram em Foz do Iguazu estão desempregados porque trabalham no Paraguai. Aí tem a questão



toda da segurança, que o contrabando leva e traz. Como resolver essa situação? A uma interligação, por isso trazer o Paraguai e Argentina para conversa é importante." (*Sérgio Souza – Deputado Federal. II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015*).

"É necessário propor ao Paraguai políticas de desenvolvimento da fronteira, esse compromisso deve ser assumido para combater os problemas, como por exemplo o contrabando de cigarros. Enquanto as soluções são buscadas apenas de uma parte, a solução definitiva não será encontrada. Da mesma forma que o IDESF trabalha, de forma integrada com Polícia Federal, Receita Federal, e Órgãos Oficiais, com essa cooperação entre setor privado e setor público, que devem trabalhar Brasil e Paraguai." (*Fernando Yaluk - Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento – Paraguai, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015*).

## AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Durante o evento, foi realizada a primeira Audiência de Custódia do Tribunal Federal da quarta região, da qual o Paraná pertence. A audiência contou com a presença do Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e teve como objetivo agilizar os processos de custódia no país.

"...A audiência vem tratar de um dos assuntos em que o IDESF tem se preocupado, especialmente porque nós não trabalhamos para mostrar os efeitos maléficos da criminalidade na fronteira, mas também, temos por objetivo, buscar soluções que visem trazer um alento social e o desenvolvimento de nossa região de forma integrada e especialmente que isso traga reflexos positivos na vida das pessoas, das famílias que residem nas regiões de fronteira do Brasil, e que muitas vezes são esquecidas. Precisamos discutir para buscar resultados práticos na vida social..." (*Jaime Luiz Remor, Advogado e Vice-Presidente do IDESF, II Seminário Fronteiras do Brasil, 2015*).



" Acho muito salutar essa integração entre a sociedade civil e o poder público, especialmente o poder judiciário, acho uma iniciativa extremamente bem-vinda. Eu quero dizer como chefe do poder judiciário que nós estamos preparados para dar o efetivo combate a esses males que afetam a economia brasileira e sobretudo as cidades de fronteira, que de um lado o contrabando e de outro lado descaminho, nós estamos por meio do Conselho Nacional de Justiça, envidando esforços, para acelerar a prestação jurisdicional." (*Ricardo Lewandowski – Ministro do Supremo Tribunal Federal, 2015*)